

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

PRODUÇÃO DISCENTE
NO PPGSS-UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.1 (ESPECIAL)

Alejandra Pastorini **UFRJ**

Rosemere Maia **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Apresentação)

Renan Cornette

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 1 (ESPECIAL)
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 1-472	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	----------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PRAIAVERMELHA

EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E JUVENTUDE NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO NA ATUALIDADE

INDUSTRIAL RESERVE ARMY AND YOUTH
IN THE CURRENT DEPENDENT CAPITALISM IN BRAZIL

Mônica Paulino de Lanes

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 1 (ESPECIAL)

p. 391-411

2019

RESUMO

Apresenta notas de pesquisa que analisa a funcionalidade do exército industrial de reserva, especialmente dos jovens, para o capitalismo periférico dependente brasileiro na atualidade. Realizamos pesquisa bibliográfica e documental sobre a situação de trabalho e emprego da juventude brasileira na atualidade. As primeiras aproximações evidenciam que a juventude é um dos sujeitos da classe trabalhadora que mais são impactados pela dependência, e partimos do pressuposto de que ela, enquanto parte do exército industrial de reserva, tem uma funcionalidade para a reprodução do capital nas economias dependentes na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Exército Industrial de Reserva. Capitalismo Periférico Dependente. Superexploração da Força de Trabalho. Juventude.

ABSTRACT

It presents notes of research that analyzes the functionality of the Industrial Reserve Army, especially the one including young people, to the peripheral dependent capitalism in Brazil at the present. We carry out a bibliographical and documentary research about the current Brazilian youth work and employment situation. The first approximations show that youth is one of the working class subjects most impacted by dependence, and we assume that as part of the Industrial Reserve Army, it has a functionality for the reproduction of capital in today's dependent economies.

KEYWORDS

Industrial Reserve Army. Peripheral Dependent Capitalism. Overexploitation of Labor Force. Youth.

Recebido em 08.12.2017

Aprovado em 13.06.2018

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a funcionalidade do exército industrial de reserva, especialmente do segmento juvenil,¹ para o capitalismo periférico dependente brasileiro na atualidade, logo da relação funcional entre a superexploração da força de trabalho e a juventude da classe trabalhadora brasileira.

A categoria superexploração da força de trabalho, elemento central na teoria marxista da dependência, é apresentada por Marini (2011) como sendo característica estrutural da condição dependente das economias periféricas, e sua relação com a lei geral da acumulação capitalista fica evidente, pois essa trata da funcionalidade do exército industrial de reserva para o processo de acumulação e os seus impactos para os trabalhadores.

Para Carcanholo e Amaral (2008), relacionar exército industrial de reserva² e superexploração significa mostrar não só sua ação, mas que sua atuação mais geral fortalece a existência da segunda, provocando impactos sobre os mecanismos da superexploração, que faz

1 Utilizamos juventude como categoria sociológica, construída social e historicamente. Alguns pesquisadores afirmam que devemos tratar de juventudes e não de juventude; entretanto, fizemos a opção teórica e política por utilizarmos apenas a palavra no singular, pois a pesquisa objetiva tratar não de uma juventude genérica e abstrata, mas de uma juventude real e concreta: a juventude da classe trabalhadora brasileira da atualidade. Entendemos ainda que tratar da juventude da classe trabalhadora da atualidade não significa que a tomamos como única e uniforme, ao contrário, há diversidade dentro do segmento juvenil da classe trabalhadora, inclusive pelo crescente processo de heterogeneização da classe trabalhadora contemporânea (gênero, étnico-racial, ocupação espacial das cidades, renda e outros).

2 Para Marx, o exército industrial de reserva é o resultado de um processo dialético, do capital, de criação e supressão simultânea de trabalho necessário. Como elemento estrutural da lei geral de acumulação capitalista, o aumento do exército industrial de reserva cresce com as potências da riqueza, quanto maior o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, maior a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa de seu trabalho.

e elevar a taxa de mais-valor e a taxa de lucro. Esse fato evidencia a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação do capital nas economias dependentes, uma vez que a ampliação da taxa de lucro aparece como consequência da existência do exército industrial de reserva e dos mecanismos de superexploração da força de trabalho.

Observando a realidade da juventude da classe trabalhadora brasileira, podemos perceber claramente os impactos da acumulação do capital e da superexploração para os jovens: número elevado de mortes por causas externas, elevada taxa de encarceramento (especialmente dos jovens negros das periferias), altos índices de desemprego, precarização das condições e vínculos de trabalho para aqueles que estão empregados, acesso precário à escolarização, dificuldade de acesso aos equipamentos e serviços de lazer e cultura, dentre outros. Mas além desses impactos brutais, há uma relação efetiva e orgânica entre o exército industrial de reserva, a superexploração da força de trabalho e a juventude?

Para responder a essa pergunta realizamos pesquisa bibliográfica e documental, fazendo as mediações entre as categorias exército industrial de reserva, dependência e superexploração da força de trabalho e os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2015 – e a pesquisa Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda, ambos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), também de 2015, sobre a situação de trabalho, emprego e renda da juventude brasileira.

O CAPITALISMO PERIFÉRICO E DEPENDENTE BRASILEIRO NA ATUALIDADE

A crise dos anos 1960 e 1970 marca a entrada na terceira fase do capitalismo monopolista, quando o capital busca estratégias para enfrentar a crise. Tais estratégias fundamentam as bases do capitalismo contemporâneo, que tem como características fundamentais:

a reestruturação produtiva, a ideologia neoliberal, a financeirização do capital³, com a extraordinária ampliação do capital fictício⁴ (CARCANHOLO, 2011).

O aumento exponencial do capital fictício evidencia a prevalência de sua disfuncionalidade para o modo de produção capitalista, uma vez que uma parte significativa do mais-valor é apropriada pelo capital fictício, o que resulta em crises generalizadas (dado o processo de mundialização do capital); a mais recente delas foi a de 2008. Para Carcanholo (2011), uma das consequências dessas crises recentes⁵ é a desvalorização do capital (superacumulado na fase anterior) que pode acontecer pela destruição ou pela ociosidade de uma parte desse capital, implicando em quebra de grande parte das instituições financeiras. Mas, esse recurso, segundo o autor, não faz parte das possibilidades no capitalismo contemporâneo, que se utiliza de três elementos principais:

1) Como uma das principais características do capital fictício é a apropriação do mais-valor ainda não produzido, para a retomada da acumulação é necessário aumentar a produção do mais-valor, adequando-o ao montante de títulos desse período. Isso implica aumentar a taxa de mais-valia de todas as formas possíveis: a) arrocho salarial;

3 Para aprofundar os debates, consultar: Netto; Braz (2006).

4 O capital fictício é um desdobramento do capital comércio de dinheiro em capital a juros, resultando no capital fictício. Esse processo é parte da autonomização das formas funcionais do capital. O capital fictício se constitui na promessa de apropriação de uma parte do valor que ainda será produzida. Do ponto de vista do ato individual e isolado, o capitalista que comprou o direito de apropriação futura possui de fato um capital. Mas, do ponto de vista da totalidade, esse é um capital fictício, pois trata-se apenas de uma expectativa de produção, ainda não existe de fato, e pode não existir (CARCANHOLO, 2011).

5 Romero (2009) apresenta as contratendências que permitem a recomposição do capital pós-cries, dentre elas: a) elevação do grau de exploração do trabalho; b) redução dos salários; c) desemprego; d) desvalorização de capitais; e) apropriação dos fundos públicos.

b) destruição dos direitos trabalhistas, para reduzir o valor da força de trabalho, aumentando a exploração e a superexploração; c) prolongamento da jornada de trabalho e/ou da intensidade de trabalho;

2) A massa de capital superacumulado precisa de novos espaços de valorização, para isso é necessário intensificar o discurso da reforma do Estado (mais privatizações e maior redução dos gastos sociais) para criar ou expandir mercados para a atuação desses capitais;

3) Enquanto não é possível materializar esses resultados, o capital exige uma medida de contrapeso contra a tendência de desvalorização do Capital Fictício – a *monetização*, que fica a cargo do Estado e se caracteriza pelo fornecimento de liquidez, dando estabilidade aos mercados financeiros. Esse processo é realizado quando parte do orçamento do Estado é destinado ao mercado financeiro. Para isso, o Estado se serve de dois mecanismos, isolados ou simultâneos: redução de gastos públicos, ou do lançamento de títulos públicos adicionais no mercado (que leva ao aumento da dívida pública).

Essas mudanças no padrão de acumulação do capital mundial impactaram as economias periféricas, iniciando na década de 1990 um novo padrão de desenvolvimento – o modelo liberal periférico (FILGUEIRAS, 2014), que apresenta as seguintes características: vulnerabilidade externa estrutural, inserção passiva e regressiva na economia internacional, instabilidade macroeconômica e dificuldades de manutenção das taxas de crescimento mais elevadas (GONÇALVES, 2012).

Além desses elementos, precisamos considerar ainda que o capitalismo contemporâneo, sob a estratégia neoliberal, aprofunda a dependência⁶ justamente por amplificar a articulação dialética dos

6 Adotamos a contribuição de Marini (2011) para tratar da dependência. Segundo esse autor, o desenvolvimento histórico dentro do capitalismo pressupõe um processo de acumulação de capital (com todas as suas contradições e leis de tendência), como unidade dialética, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Duas categorias são centrais para compreender a Teoria Marxista da Dependência: a troca desigual e a superexploração da força de trabalho. A especificidade da eco-

condicionantes estruturais e conjunturais das economias dependentes: os mecanismos de transferência de valor dessas economias são acentuados como estratégia para reverter os problemas de valorização das economias centrais; e conjunturalmente, as economias dependentes, frente ao crescimento da economia mundial e do ciclo de crédito internacional, respondem de forma mais intensa e rápida aos ciclos da economia mundial. Nesse sentido, podemos afirmar que a dependência econômica, diretamente ligada à implantação da estratégia neoliberal, pode ser resumida em três aspectos: transnacionalização, desindustrialização e reprimarização das economias dependentes⁷ (CARCANHOLO, 2017).

Tais aspectos aprofundam a dependência, aumentando a superexploração da força de trabalho⁸, o que em tese permitiria uma dinâmica de crescimento da acumulação de capital. No entanto, mesmo com esse incremento na superexploração nos anos 1990, as economias latino-americanas não cresceram. Isso em virtude da valo-

nomia dependente está no fato de que uma parte do mais-valor produzido nessas economias não é apropriado por elas, mas nas economias centrais, passando a integrar a acumulação de capital dessas últimas, por meio do processo de transferência de valor. Vale ressaltar que a Teoria Marxista da Dependência, da qual esse autor faz parte, comporta interpretações variadas, e algumas controvérsias que, infelizmente, não poderemos tratar aqui por questão de espaço. Esse debate será explicitado posteriormente.

7 Para aprofundar os estudos sobre tais aspectos, consultar: Gonçalves (2012) e Carcanholo (2017).

8 A condição estrutural – a transferência de valor – obriga as economias dependentes a desenvolverem estratégias de compensação, assegurando o desenvolvimento capitalista nessas economias: a superexploração da força de trabalho. Marini (2011) apresenta três principais mecanismos para ampliar a produção de mais-valor nas economias periféricas: a) aumento da intensidade do trabalho; b) prolongação da jornada de trabalho; c) apropriação do fundo de consumo do trabalhador. Precisamos considerar ainda um quarto mecanismo, que se relaciona ao fato de que a definição do valor da força de trabalho é social e histórica, ou seja, há superexploração da força de trabalho quando o valor da força de trabalho se eleva sem que isso corresponda à elevação dos salários.

rização fictícia do capital. O capital fictício tem a funcionalidade de acelerar a rotação do capital total, contribuindo para a taxa anual de lucro; mas por outro lado, possui a disfuncionalidade de apropriar-se de uma parcela maior da mais-valia sem ter contribuído diretamente para a sua produção, o que fez cair a taxa de lucro nos anos 1990 (CARCANHOLO, 2017).

Já no período entre 2001 e 2007, o cenário internacional é extremamente favorável, inclusive algumas economias puderam exportar mais e com preços das *commodities* mais elevadas, em função do considerável crescimento das economias que aumentaram sua participação nas taxas de exportação. Esse fato permitiu implementar uma política de conciliação de classe com o aumento das políticas sociais que minimizam os efeitos da superexploração. Mas esse quadro positivo foi interrompido em função da grave crise estrutural do capitalismo de 2007/2008. Assim, o cenário internacional, que foi favorável às economias periféricas até meados de 2007, foi revertido com a mais recente crise do capital, agravando não só aspectos conjunturais, mas também os determinantes estruturais (CARCANHOLO, 2017).

Para o autor supracitado, a superacumulação do capital fictício cria a necessidade de aumentar fortemente a produção de valor, o que requisita aumentar exponencialmente a exploração da força de trabalho mundialmente e a superexploração da força de trabalho nas economias periféricas.

IMPACTOS DA CRISE E OS REBATIMENTOS NA JUVENTUDE BRASILEIRA

Feitas as considerações sobre o capitalismo brasileiro contemporâneo, buscaremos neste item responder à questão norteadora deste trabalho: os jovens⁹ das economias periféricas desempenham papel

9 Utilizamos a definição de juventude do Estatuto da Juventude de 2013, que a definiu como o grupamento etário de 15 a 29 anos.

especial nos mecanismos de superexploração da força de trabalho? Para uma primeira aproximação, retomamos os mecanismos identificados por Marini (2011) de manifestação da superexploração da força de trabalho, analisando os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio¹⁰ – e a pesquisa do DIEESE – Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda¹¹ –, ambos de 2015.

Um dos mecanismos apresentados por Marini (2011) foi o de aumento da intensidade do trabalho, que pode acontecer tanto pela intensificação do trabalho, que tem como consequência o maior desgaste da força de trabalho, quanto pela introdução de novo procedimento ou tecnologia no processo de trabalho, aumentando a produtividade do trabalho.

Analisando esse aspecto a partir dos dados escolhidos para este estudo, constatamos que esses não nos permitem fazer muitas considerações acerca da relação entre esse mecanismo e a juventude. Como lembrou Marini (2011), referindo-se especialmente a esse mecanismo, esse é um fenômeno difícil de ser captado. Aprofundaremos a relação desse mecanismo com a juventude posteriormente.

Mas, a partir dos dados das pesquisas, podemos identificar os setores econômicos onde os jovens estão inseridos. A tabela abaixo

10 A PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – teve como referência o mês de setembro de 2013, 2014 e 2015, e considerou o trabalho como atividade econômica: a) trabalho remunerado; b) trabalho não remunerado; c) trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. O IBGE trabalha com a classificação etária de juventude os sujeitos de 15 a 24 anos.

11 A edição de número VI do Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda do DIEESE trata sobre juventude e apresenta uma seleção de indicadores sobre três dimensões que afetam os jovens: trabalho, educação e aspectos familiares. A faixa etária considerada foi de 15 a 29 anos. A pesquisa tomou como base a PNAD, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e informações gerais sobre os jovens inseridos nos programas sociais: ProJovem Trabalhador, Aprendizagem e no Seguro Desemprego, todos no período de 2009 a 2014.

mostra que os jovens estão concentrados em três setores de atividade econômica: o setor de serviços (32,9% em 2009 e 35,3% em 2014), o setor de comércio (27,2% em 2009 e 28,6% em 2014) e a indústria de transformação (21,3% em 2009 e 18,7% em 2014).

TABELA 1 Distribuição dos empregos formais¹ de jovens de 14 a 29 anos segundo setor de atividade econômica. Brasil 2009 e 2014 (em %).

Setor de atividade econômica	2009				2014			
	14 a 17	18 a 24	25 a 29	Total	14 a 17	18 a 24	25 a 29	Total
Extrativa mineral	0,2	0,3	0,5	0,4	0,2	0,3	0,6	0,4
Indústria de transformação	19,5	22,2	20,5	21,3	16,7	19,2	18,5	18,7
Serviços industriais de utilidade pública	0,5	0,4	0,7	0,6	0,4	0,4	0,7	0,5
Construção civil	1,6	5,1	5,0	5,0	2,3	5,9	6,1	5,9
Comércio	37,6	30,8	23,1	27,2	40,0	32,3	24,2	28,6
Serviços	37,3	31,5	34,1	32,9	38,3	33,7	36,7	35,3
Administração Pública	0,6	6,6	12,9	9,5	0,4	5,7	10,6	7,9
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	2,9	3,2	3,2	3,2	1,7	2,6	2,6	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em 1.000 vínculos)	365	7.071	7.167	14.603	534	7.715	7.711	15.960

■ Fonte: MTPS. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se aos vínculos ativos em 31/12 de cada ano

Fonte: DIEESE (2015).

Identificar os setores em que os jovens estão inseridos revelará se eles estão ocupando os setores de maior ou menor composição orgânica do capital¹², o que poderá nos ajudar futuramente de

12 À medida que se desenvolve o modo capitalista de produção, cresce a tendência de aprofundamento da concentração e centralização do capital, em consequência da concorrência, o que leva ao aumento da parte constante do capital, logo ao aumento da composição orgânica do capital, que “[...] tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho neces-

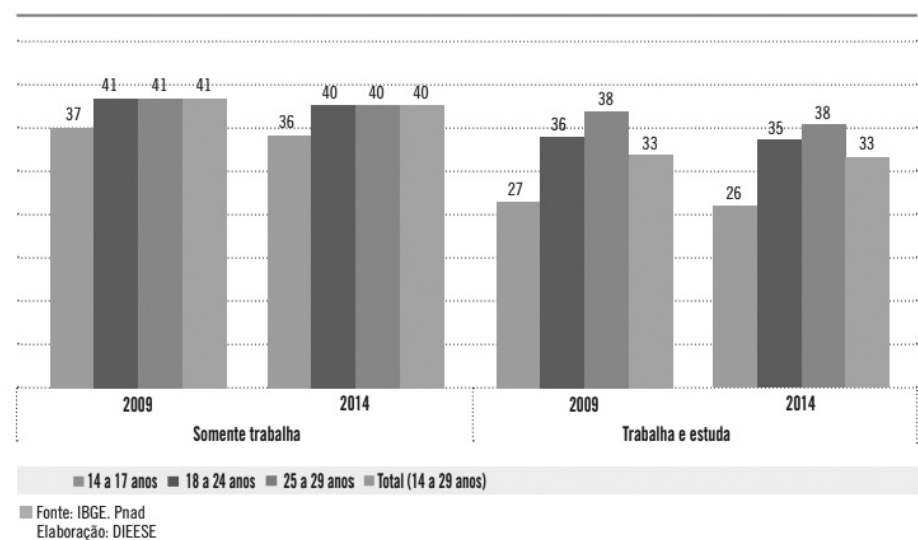
modo a aprofundar os elementos de debate sobre a intensificação do trabalho nos setores de produção de mais-valia¹³, assegurando a transferência de valor das economias periféricas para as centrais. Em futuras aproximações, identificaremos também os setores transnacionalizados, aqueles que repatriam capital, transferindo valor.

No que se refere à prolongação da jornada de trabalho, os dados pesquisados (gráfico 01) apresentam apenas a jornada de trabalho dos jovens empregados com registro formal, ou seja, os dados podem não expressar como de fato é a jornada de trabalho desses jovens. Luce (2013) lembra, ainda, que é preciso considerar que as jornadas de trabalho podem ser mais extensas, uma vez que as estatísticas registram apenas a ocupação principal do trabalhador, desconsiderando as demais ocupações. Ele, apresentando dados da PNAD de 2008, observou que 4,2 milhões de trabalhadores declararam precisar exercer dois ou mais empregos para sobreviver. Não temos dados similares sobre outras ocupações dos jovens trabalhadores, mas essa questão será considerada e buscaremos dados que tratem dela.

sária para eles serem empregados. Chamo a primeira de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita relação entre ambas. Para expressá-la, chamo-a composição orgânica do capital” (MARX, 2013, p. 723).

13 Não aprofundaremos aqui o debate sobre a produção ou não de mais-valor no setor de serviços; ele será feito posteriormente. Por hora nos limitamos a concordar com Mandel (1982) quando afirma que o desenvolvimento “[...] do setor de serviços não pode diminuir a composição orgânica do capital social média do capital e com isso engendrar uma tendência de crescimento da taxa média de lucros. Ao contrário, a fração da mais-valia social global que provém do setor de serviços capitalistas é mais uma dedução do que um acréscimo à mais-valia criada pelo capital produtivo” (MANDEL, 1982, p. 151).

GRÁFICO 1 Jornada média semanal no trabalho principal dos ocupados de 14 a 29 anos, por situação de trabalho e estudo. Brasil 2009 e 2014 (em horas).



Fonte: DIEESE (2015).

Precisaríamos também ter acesso aos dados sobre a jornada de trabalho dos jovens que não estão registrados formalmente, uma vez que há um grande percentual de jovens empregados nessa condição. De acordo com pesquisa do IBGE que analisou a retrospectiva mensal do emprego no período de 2003 a 2015 em capitais selecionadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), o perfil dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado em 2015 era este: 10 a 14 anos – 0,5%; 15 a 17 anos – 5,3%; 18 a 24 anos – 24,5%; 25 a 49 anos – 50,0%; 50 anos ou mais – 19,7%. Somando a população de 15 a 24 anos, identificamos que cerca de 30% dos empregados sem registro formal são jovens, e esse percentual pode ser um pouco maior se considerarmos a população de 25 a 29 anos, que foi incorporada no grupo seguinte.

Para Luce (2012), o prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho têm se agudizado nos últimos anos, eviden-

ciando a importância desses mecanismos que aparecem como superados nas análises convencionais, pois em tese a Constituição de 1988 teria regularizado a jornada de trabalho em 08 horas diárias, colocando de lado a questão da produtividade-intensidade. No entanto, considerando a reforma trabalhista aprovada em 2017, essas considerações perdem sentido, uma vez que ela torna muito mais elástica a jornada de trabalho, possibilitando o aumento da exploração da força de trabalho sem as amarras da definição da jornada de trabalho.

Como estamos analisando os jovens trabalhadores entre 15 e 29 anos, isso significa dizer que esse trabalhador já apresentará esgotamento físico-psíquico (expresso em acidentes de trabalho e/ou adoecimentos diversos) antes mesmo de chegar à idade adulta. Tão importante quanto identificar esse processo é pensar em tudo o que esse esgotamento significa para a vida desses jovens trabalhadores brasileiros.

A tabela na página seguinte mostra que uma parcela significativa dos jovens (17,9% em 2009 e 15,7% em 2014) estudam e trabalham. Isso não quer dizer que eles produzem maior quantidade de mais-valor por estarem nessa dupla condição, mas significa que para eles a jornada de trabalho continua, mesmo que não estejam diretamente produzindo mais-valia.

Esse dado aliado ao aumento da intensificação do trabalho e da ampliação da jornada de trabalho, próprios da superexploração do trabalho nas economias periféricas, evidencia o quanto a sociabilidade capitalista periférica é brutal com a juventude latino-americana, que se vê obrigada a se submeter às consequências da superexploração da força de trabalho e buscar, simultaneamente, a continuidade de sua formação profissional com vistas a manter-se na condição de superexplorado.

No que se refere ao mecanismo de apropriação do fundo de consumo do trabalhador, os dados pesquisados não tratam dele diretamente; entretanto, analisando as políticas sociais contemporâneas voltadas para a juventude, identificamos que o capital se espraia

TABELA 2 Distribuição da população de 14 a 29 anos segundo sexo, por situação de trabalho e estudo. Brasil 2009 e 2014 (em %).

Situação de trabalho e estudo	Mulheres				Homens				Total			
	14 a 17	18 a 24	25 a 29	Total	14 a 17	18 a 24	25 a 29	Total	14 a 17	18 a 24	25 a 29	Total
2009												
Somente estuda	68,7	13,1	3,0	24,3	58,1	8,6	1,2	19,5	63,3	10,9	2,1	21,9
Somente trabalha ⁽¹⁾	4,2	46,4	63,4	40,8	8,6	64,3	84,2	55,5	6,4	55,4	73,6	48,2
Estuda e trabalha ⁽¹⁾	20,0	19,0	10,2	16,5	28,9	19,8	9,9	19,3	24,5	19,4	10,1	17,9
Não trabalha ⁽²⁾ e não estuda	7,1	21,5	23,4	18,4	4,5	7,2	4,7	5,7	5,8	14,4	14,2	12,1
Apenas realiza afazeres domésticos ⁽³⁾	6,0	19,5	21,9	16,8	1,5	2,7	1,7	2,1	3,7	11,1	12,0	9,5
Outra ⁽⁴⁾	1,1	2,0	1,5	1,6	3,0	4,5	3,0	3,6	2,0	3,2	2,2	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em 1.000 pessoas)	6.982	11.620	8.499	27.100	7.185	11.655	8.154	26.994	14.166	23.275	16.653	54.094
2014												
Somente estuda	71,0	14,4	2,9	25,8	63,4	10,2	1,6	22,3	67,1	12,3	2,2	24,0
Somente trabalha ⁽¹⁾	4,2	45,5	63,5	40,1	7,6	63,0	84,4	54,1	5,9	54,3	73,7	47,1
Estuda e trabalha ⁽¹⁾	16,5	17,4	8,8	14,5	24,0	18,1	8,6	16,9	20,3	17,7	8,7	15,7
Não trabalha ⁽²⁾ e não estuda	8,3	22,8	24,7	19,6	5,0	8,7	5,4	6,7	6,6	15,7	15,3	13,1
Apenas realiza afazeres domésticos ⁽³⁾	6,9	20,5	23,1	17,7	1,8	3,4	2,0	2,6	4,3	12,0	12,8	10,1
Outra ⁽⁴⁾	1,4	2,3	1,6	1,8	3,2	5,3	3,4	4,2	2,3	3,8	2,5	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em 1.000 pessoas)	6.899	11.329	8.021	26.250	7.224	11.353	7.712	26.288	14.123	22.682	15.733	52.538

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui jovens que trabalham e/ou procuram trabalho. (2) Inclui jovens que não trabalham e não procuram. (3) Inclui o cuidado de filhos ou menores moradores. (4) Outras situações (não trabalha, não procura, não estuda e não realiza afazeres domésticos etc.)

Fonte: DIEESE (2015).

sobre as políticas sociais¹⁴ se apropriando direta ou indiretamente desse fundo de consumo do trabalhador. Essas políticas têm como característica principal se enquadrarem tanto no rol das políticas de transferência de renda, quanto no rol de políticas de geração de emprego e renda. Desse modo, por um lado, esses programas entram como substituto/complementos da ausência de rendimentos, ou de baixos rendimentos. Por outro lado, tais programas envolvem também o processo de inserção da força de trabalho (empregada, desempregada ou em formação) no mundo das finanças, uma vez que os benefícios desses programas que são repassados aos jovens são viabilizados por meio de instrumentos creditícios e financeiros operados por grandes instituições bancário-financeiras.

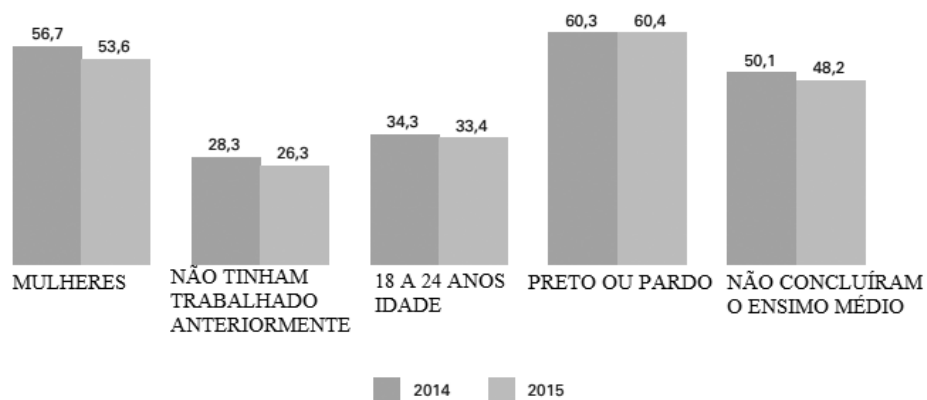
14 Para aprofundar o debate consultar: Granemann (2007); Behring (2009).

As múltiplas formas de monetarização da política social via “bolsas” substituem gradualmente as políticas sociais universais, expressando, ao mesmo tempo, oportunidades de acumulação para os capitais bancários-financeiros, uma vez que volumes extraordinários de recursos são drenados para instituições bancário-financeiras para que sejam feitos míseros repasses para os beneficiados dessas políticas (GRANEMANN, 2007), mediante o cumprimento de determinadas condicionalidades que, no caso dos programas de juventude, incluem ações de trabalho voluntário e de formação na perspectiva do empreendedorismo e da socioeducação.

Assim, esses programas, como parte das políticas de distribuição de renda, cumprem importante papel no processo de financeirização do capital: assistencialismo minimalista e monetarizado para os jovens pobres e sem condições de inserção ao emprego, possibilitando ao capital bancário acesso e manipulação de grandes somas de recursos que resultarão em juros que serão apropriados pelo capital. Como política de geração de trabalho, emprego e renda para a juventude, contribui significativamente no processo de formação/conformação da força de trabalho para atender às demandas atuais do capital, seja atribuindo as “qualificações” técnicas e políticas necessárias aos jovens trabalhadores que terão acesso ao trabalho, seja reforçando o ideário do empreendedorismo (seguindo a orientação dos organismos internacionais) para aqueles que irão compor o exército industrial de reserva.

O último mecanismo apresentado por Marini (2011) – a definição do valor da força de trabalho, mesmo quando o valor da força de trabalho aumenta – tem relação direta com o exército industrial de reserva. Em nosso entendimento, a juventude contribui diretamente para a definição dos salários abaixo do valor da força de trabalho, isso porque as maiores taxas de desemprego estão entre os jovens (gráfico 02), além da grande rotatividade de emprego entre esse segmento populacional (gráfico 03).

GRÁFICO 2 Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por algumas características selecionadas. Brasil 2014-2015 (em %).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.

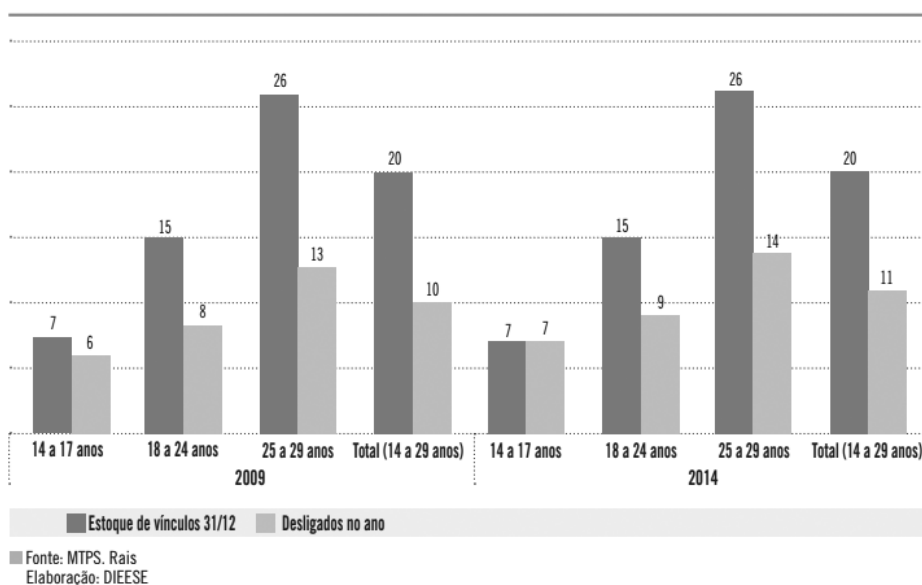
Fonte: IBGE (2016).

O gráfico acima mostra que apesar da pequena variação para baixo em relação ao ano anterior, mais da metade da população desocupada era composta por mulheres, quase um terço nunca tinha trabalhado e mais de 30% eram de jovens (15 a 24 anos) e mais 60% era composto de pretos ou pardos.

No gráfico 03 identificamos que os jovens permanecem em média menos de 24 meses nos empregos, quando contratados em empregos formais. Assim sendo, há uma grande intermitência entre a condição de empregado formal e de desempregado ou de emprego precário, mostrando que o trabalhador jovem é um dos sujeitos importantes na composição do exército industrial de reserva na atualidade, seja na condição de superpopulação relativa flutuante ou estagnada.

Importante destacar que as ações do Estado para os jovens são distintas nas duas situações. Para os jovens que estarão, ou que permanecerão mais tempo, como superpopulação relativa flutuante se destinam as políticas sociais voltadas para a formação da força de trabalho atendendo ao discurso da empregabilidade e da forma-

GRÁFICO 3 Tempo médio de permanência dos jovens de 14 a 29 anos nos empregos formais. Brasil 2009 e 2014 (em meses).



Fonte: DIEESE (2015).

ção de “capital humano”¹⁵. Já para os jovens que permanecerão na superpopulação estagnada, o processo consiste em disponibilizar algumas políticas sociais ainda mais focalizadas do que as demais, mas, sobretudo, a estratégia do encarceramento, fato que pode ser facilmente verificado observando o número de jovens encarcerados¹⁶, principalmente os jovens homens, negros e das periferias.

15 Concordamos com Bhir (2007) ao afirmar que o conceito de capital humano é na verdade uma expressão ideológica para camuflar a categoria força de trabalho que individualiza, psicologiza e convence as classes trabalhadoras a sempre se manterem mobilizadas para conservar esse “capital humano”.

16 De acordo com dados do INFOPEN de 2017, a população carcerária tem o seguinte perfil etário: 30,12% entre 18 e 24 anos; 24,96% entre 25 e 29 anos; 18,93% entre 30 e 34 anos e 26% acima de 35 anos. Ou seja, considerando jovens os sujeitos entre 18 e 29 anos, mais de 50% da população carcerária é composta por jovens. Dados disponíveis em: <<http://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Assim, entendemos que há um imbricamento entre a política social e a política penal, atendendo aos interesses da financeirização do capital: de um lado programas focalizados, fragmentados; e de outro a ampliação e consolidação de uma rede policial-penal. As duas estratégias são parte de um único dispositivo que tem por finalidade a gestão e o controle social dos pobres, de modo a retificar comportamentos das populações recalcitrantes, assegurando o expurgo cívico dessa população considerada incorrigível (WACQUANT, 2003) e, sobretudo, buscando manter os padrões de acumulação do capital nas economias dependentes.

Os elementos debatidos aqui certamente serão exponenciados se considerarmos todas as medidas e reformas adotadas a partir de 2016, com vista a atender as necessidades do capital: reforma trabalhista, PEC 55/2016, reforma do Ensino Médio (que acentua o aspecto da profissionalização na educação pública) e as próximas que ainda virão, acentuando ainda mais os efeitos da dependência nos países de economia periférica, especialmente para a juventude da classe trabalhadora brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da análise sobre a funcionalidade do exército industrial de reserva, especialmente da parcela juvenil, no capitalismo periférico dependente na atualidade. Podemos afirmar, a partir dessas primeiras aproximações e mediações, que a juventude permanece como um dos sujeitos fundamentais da superpopulação relativa na atualidade, contribuindo ativamente para o processo de reprodução ampliada do capital. Nas palavras de Marx (2014, p. 64): “[...] não faltarão aos senhores capitalistas carne e sangue frescos para serem explorados e aos mortos será determinado que enterrem os seus mortos”, analisando do ponto de vista mais geral.

Entretanto, como se trata de uma pesquisa preliminar, chegamos ao final deste estudo ainda com muitas perguntas e a certeza de que novas mediações serão necessárias. Para tratarmos da parti-

cularidade da realidade brasileira, que é nosso objetivo, precisaremos aprofundar os estudos sobre a exploração da força de trabalho juvenil na atualidade, considerando a questão da ampliação do setor de serviços, buscando analisar detidamente os mecanismos da superexploração da força de trabalho apresentados por Marini com o intuito de identificar se eles permanecem e/ou se existem novos mecanismos.

Entendemos que é de fundamental importância analisar a juventude da classe trabalhadora, não só para identificar se há ou não uma relação entre essa categoria sociológica e a particularidade da acumulação capitalista das economias, mas sobretudo por entendermos que a sociabilidade capitalista periférica tem sido máquina de moer os jovens latinos da classe trabalhadora. Se o exército industrial de reserva latino-americano é um importante elemento na acumulação capitalista global, em nossa percepção, a juventude latino-americana da classe trabalhadora sustenta um peso ainda maior. Assim, compreender a dinâmica do capitalismo periférico e dependente na atualidade poderá contribuir para pensarmos também as estratégias de resistência e luta.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. Acumulação Capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BIHR, A. A fraude do conceito de capital humano. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 01, nº 05, [S.l.], dezembro, 2007. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-fraude-do-conceito-de-capital-humano/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- CARCANHOLO, M. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- _____. Conteúdo e forma da crise do atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. In: *Crítica e Sociedade: Revista*

- de Cultura Política*, v. 01, nº 03. Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. Dez. 2011.
- ____; AMARAL, M. S. Acumulação capitalista e exercito industrial de reserva: conteúdo da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia* [online], v. 34, n. especial, p. 163-181, Editora UFPR, 2008.
- DIEESE. *Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda*. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/2015/sistPubLivreto6Jovens.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- FILGUEIRAS, L. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. In: *Margem Esquerda*, nº 23. Dossiê: Brasil, que desenvolvimento? São Paulo: Boitempo, out, 2014. p. 32-38.
- GONÇALVES, R. O Governo Lula e nacional-desenvolvimentismo às avessas. In: *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 31, São Paulo: fev, 2012. p. 5-30.
- GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. In: *Revista Em Pauta*, número 20, p. 57-68, 2007.
- IBGE. *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro, IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- ____. *Indicadores IBGE*. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre no período de 2003 a 2015; 2016. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2015.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. nº 32, São Paulo. jun 2012. p. 119-141.
- ____. Brasil: Nova Classe Média ou Novas formas de superexplora-

- ção da classe trabalhadora? In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, nº 01, v.11. Rio de Janeiro, jan/abr. 2013. p. 169-190.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Trad.: Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- MARX, K. *Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I. Vol.2*. Trad.: Reginaldo Sant'Ana. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ROMERO, D. (Org.). *Marx sobre as crises econômicas do capitalismo*. Trad.: Diego Siqueira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- WACQUANT, L. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (A onda punitiva)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Mônica Paulino de Lanes

Professora do Departamento e Curso de Serviço Social da UFVJM - Campus Mucuri. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

monicapaulinodelanes@gmail.com

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.